

ECONOMIA

MATO GROSSO DO SUL

Azambuja assegura pagamento do 13º salário neste ano

Abono corria risco de ser depositado com atraso

OSVALDO JÚNIOR

O governador Reinaldo Azambuja garantiu, ontem, que o pagamento do 13º dos servidores estaduais será feito ainda neste ano, sem necessidade de parcelamento. “Só vamos definir o dia”, afirmou Azambuja com exclusividade ao **Correio do Estado**. No início deste mês, ele chegou a admitir dificuldade para depositar o abono. No entanto, em razão de medidas de contenção de despesas, o Estado, ainda de acordo com o governador, teria amenizado os problemas de caixa, economizando montante próximo de R\$ 600 milhões. A folha salarial de Mato Grosso do Sul soma R\$ 390 milhões.

“Vai ser possível”, respondeu o governador ao ser questionado sobre o pagamento do 13º salário em dezembro. “Só estamos definindo a data. Até o fim deste mês, nós anunciamos qual será essa data”, acrescentou. A garantia ocorre semanas depois de

“

Como o ano que vem deverá ser pior que 2015, tivemos que nos preparar, fazer os ajustes fiscais

Reinaldo Azambuja, governador de MS, justificando os aumentos de impostos

Azambuja sinalizar dificuldades para depositar o abono. A mudança na projeção se dá em momento em que o Estado avança na implantação dos ajustes fiscais, o que amenizará os problemas das contas para 2016 e permite certo fôlego nas finanças deste ano.

Além do impacto da elevação da carga tributária no caixa do governo, outro fator

que contribui para equacionar as contas é, de acordo com Azambuja, a adoção de medidas de contenção de despesas, que proporcionou economia aproximada de R\$ 600 milhões. “Diminuimos secretarias, cargos comissionados, reduzimos o custeio a níveis de 2014, diminuimos as despesas com contratos no patamar de 30% e gastos com compras governamentais”, listou o governador. “Com isso, o Estado se preparou para fechar o ano dentro de um equilíbrio”, completou. Esse equilíbrio, segundo Azambuja, possibilitará o pagamento do 13º dos funcionários estaduais e reduzirá para menos de R\$ 50 milhões o déficit deste ano, que seria de R\$ 647 milhões.

Paralelamente à redução de gastos, o governo tem buscado elevar a receita. A alternativa escolhida, no entanto, é impopular: aumento da carga tributária. O pacote de ajuste fiscal inclui reajustes do Imposto de Transmissão Causa



VALDENIR REZENDE/ARQUIVO

ABONO. Pagamento de 13º salário, que soma R\$ 390 milhões, será feito neste ano e sem parcelamento

Mortis e Doação (ITCD), do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS) dos chamados produtos supérfluos e do Imposto sobre a Propriedade de Veículo Automotor (IPVA). A estimativa de Reinaldo Azambuja é de incremento de R\$ 240 milhões.

Além disso, o Estado terá adicional, projetado entre R\$ 50 milhões e R\$ 60 milhões em 2016, com as mudanças nas regras para cobrança de ICMS de produtos adquiridos, de forma não presencial, de outros estados. Assim, a receita extra será de, aproximadamente, R\$ 300 milhões. Esse montante reduz, acentuadamente, o déficit projetado em 650 milhões para 2016.

CARGA TRIBUTÁRIA

A melhoria do caixa do governo representará, no entanto, desembolsos maiores pelos contribuintes. Apenas o IPVA terá alta de até 50%. As alíquotas foram elevadas de 1,5% para 2% (caminhão, ônibus e micro-ônibus), de 2,5% para 3,5% (automóvel e caminhonete) e de 3% para 4,5% (automóvel e qualquer outro veículo com até oito pessoas, excluindo o condutor, acionados a óleo diesel).

Em meio à elevação da carga tributária, também houve alta do ITCD e do ICMS de produtos classificados como supérfluos. Em relação ao primeiro tributo, a alíquota passou de 2% para 3% em caso de doação, e de 4% para 6%,

em se tratando de transmissão. Na prática, a alta é de 50%. No caso da tributação dos supérfluos, as alíquotas serão de 20% (cosméticos, perfumes e refrigerantes) e de 28% (bebidas alcoólicas, cigarros, fumos e derivados de fumo).

Como justificativa do pacote fiscal, o governador alegou que a decisão decorre do momento econômico. “Vivemos em um País com uma carga tributária brutal. Mas por que aumentamos os impostos [no Estado]? Porque em 2016, o cenário pode ser ainda pior. Então, não podemos deixar pra tomar atitude em 2016, pois poderá ser tarde”, justificou.

TEMPORADA

Turismo de pesca gera R\$ 101 mi em Corumbá

Município pantaneiro recebeu mais de 52 mil turistas na temporada

Corumbá recebeu 52.045 turistas para a pesca esportiva, injetando cerca de R\$ 101 milhões na economia local, na última temporada. Os dados são do Observatório de Turismo do Pantanal, núcleo de estudos e pesquisas da Fundação de Turismo do Pantanal. Segundo a publicação, os cruzeiros fluviais comerciais e de esporte, recreio e lazer (que não possui finalidade comercial) puxaram o crescimento da atividade de pesca no município.

Já os pescadores que optam anualmente pelos polos turísticos rurais estiveram mais sensíveis à instabilidade econômica nacional e alguns reprogramaram a sua viagem de pesca, provocando uma



DIVULGAÇÃO

PESCA. Pescadores aproveitam belezas do Pantanal em Corumbá

retração de 12%, onde o perfil econômico desses turistas apresenta um nível de renda inferior, se comparados aos consumidores dos cruzeiros fluviais ou pesca esportiva.

No período entre março e outubro é permitida a realização da pesca esportiva nos rios da região da bacia pantaneira, em Corumbá. Durante a piracema (em janeiro e de

novembro a dezembro), a pesca é proibida, já em fevereiro é permitido o pesque e solte, quando os pescadores fisgam o peixe, medem, pesam, tiram fotos, retiram o anzol e devolvem ao seu habitat. A atividade atrai turistas e movimenta a economia da cidade, um dos 65 destinos turísticos indutores do Brasil.

O Pantanal é o destino mais procurado por turistas no Estado do Mato Grosso do Sul para a prática da pesca esportiva, em especial os nacionais, interessados em conhecer as belezas da planície pantaneira. A pesca esportiva, que registrou um crescimento de 1,92% nos últimos dois anos, destaca-se entre os atrativos e reforça as atividades turísticas da região.

A atividade movimenta na temporada de nove meses a economia da cidade de Corumbá, garantindo emprego, direto e indireto, e renda para 990 moradores que trabalham como guias de pesca.

REDUÇÃO DA JORNADA

Dilma sanciona lei que protege emprego no País

AGÊNCIA BRASIL

A presidenta Dilma Rousseff sancionou ontem, sem vetos, a lei que institui o Programa de Proteção ao Emprego (PPE). O programa prevê a redução temporária da jornada de trabalho, com diminuição de até 30% do salário. Para isso, o governo arcará com 15% da redução salarial, usando recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).

No início de julho, Dilma editou a medida provisória que criou o programa e o Senado aprovou o texto no final de outubro.

Segundo a presidenta, nos quatro meses de vigência da medida provisória foram aprovadas 33 adesões ao PPE, beneficiando 30.368 trabalhadores. Outras 42 solicitações estão em análise envolvendo o emprego de 12.264 trabalhadores. “Agora, a san-

ção da lei vai permitir que a gente afaste qualquer preocupação com a segurança jurídica do processo, e, portanto, vai permitir que mais empresas possam acessar o programa”.

Dilma ressaltou que o PPE é vantajoso para diversos setores. “Para as empresas, porque, além de rápido [o processo de adesão], podem ajustar sua produção sem abrir mão dos seus trabalhadores; para os trabalhadores porque preserva emprego e a maior parte de rendimentos; para o governo federal, porque, diante da crise, essa é uma medida de proteção ao emprego, e, além disso, é possível que o gasto com o PPE seja menor do que com o seguro-desemprego e ainda preserva a arrecadação das contribuições sociais”, disse.

SIGA

MS já plantou 91% da área de soja

AGRODEBATE

Os produtores rurais de Mato Grosso do Sul devem concluir na próxima semana, possivelmente até o dia 25 de novembro, o plantio da safra 2015/2016 de soja no estado. A projeção é do analista de grãos do Sistema Famasul, Leonardo Carlotto.

Segundo Carlotto, dados do Sistema de Informação Geo-

gráfica do Agronegócio (Siga) apontam que até o dia 13 de novembro, 91% da área que será cultivada com soja neste ciclo, aproximadamente 2,4 milhões de hectares, já havia sido semeada.

Confirmada a estimativa, a área plantada com a oleaginosa em Mato Grosso do Sul deve ter um incremento de 4,5% frente ao ciclo passado, quando foram semeados 2,3 mi-

lhões de hectares com o grão.

Ele projeta que, pelas condições climáticas registradas até o momento, a safra 2015/2016 deve registrar uma boa produtividade, atingindo entre 7,4 milhões de toneladas e 7,5 milhões de toneladas, o que deve representar um aumento de 8,8% a 10,2% na produção do estado em relação à temporada 2014/2015, que foi de 6,8 milhões de toneladas.

REGISTRO DA SAFRA

Além de estar atento ao andamento do cultivo, o sojicultor do estado tem que estar alerta também ao prazo para registrar o cultivo da oleaginosa na Agência Estadual de Defesa Sanitária Animal e Vegetal (Iagro). O prazo se encerra no dia 10 de dezembro e o produtor que não fizer o cadastro estará sujeito ao pagamento de multas.



PAULO RIBAS/ARQUIVO

PLANTIO. Soja deve ocupar 2,3 milhões de hectares no Estado